

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PIAUÍ: UM ESTUDO COMPARATIVO HISTÓRICO

THE EVOLUTION OF PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL AND IN THE STATE OF PIAUÍ: A HISTORICAL COMPARATIVE STUDY

LA EVOLUCIÓN DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN BRASIL Y EN EL ESTADO DE PIAUÍ: UN ESTUDIO HISTÓRICO COMPARADO

Sebastião Barbosa Carvalho¹
Rafael Fernandes de Mesquita²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo comparativo e descritivo histórico sobre a evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e no Estado do Piauí, com a seguinte pergunta como problema norteador da pesquisa: como a Educação Profissional evoluiu ao longo do tempo no Brasil e no Estado do Piauí, considerando aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, e quais foram os principais fatores que influenciaram essa evolução? Para isso, fez-se uma revisão de literatura, a partir da consulta de diferentes fontes, como Google Acadêmico, SCIELO, Periódicos CAPES, livros, teses, dissertações e anais publicados em eventos, documentos importantes para o desenvolvimento e sustentação teórica, a partir das bases conceituais da EPT, do objeto da pesquisa. Os resultados revelam uma trajetória marcada por avanços e desafios, especialmente em relação às camadas mais carentes da sociedade. O progresso foi impulsionado por diversos fatores, como o avanço industrial, influências governamentais, publicação de leis, exigências do mercado de trabalho e a inclusão de grupos historicamente marginalizados, destacando-se a criação de instituições de ensino técnico, ampliação de cursos e de formação profissional, assim como investimentos significativos em infraestrutura. Por outro lado, persistem os obstáculos relativos à desigualdade de acesso e a necessidade de ser ampliada a articulação entre políticas educacionais e exigências do mercado, assegurando uma formação que esteja em sintonia com as necessidades da sociedade. Os dados podem fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais, visando a uma Educação Profissional mais adequada às demandas sociais e econômicas, tanto em nível nacional quanto regional.

Palavras-chave: educação profissional; evolução; Brasil; Piauí; EPT.

ABSTRACT

This article aims to present a comparative and historical descriptive study on the evolution of Professional and Technological Education in Brazil and in the State of Piauí, with the following question as a guiding research problem: how Professional Education has evolved over time in Brazil and in the State of Piauí, considering historical, political and socioeconomic aspects, and

¹Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI-PI), Campus Parnaíba-PI, Brasil. <sebastiaobarraspi@gmail.com>

²Prof. Dr. do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí (IFPI-PI), Campus Parnaíba-PI, Brasil. <rafael.fernandes@ifpi.edu.br>

what were the main factors that influenced this evolution? To this end, a literature review was carried out, based on consultation of different sources, such as Google Scholar, SCIELO, CAPES Database, books, theses, dissertations and proceeding papers, important documents for the development and theoretical support, based on the conceptual bases of PTE and support of the research object. The results reveal a trajectory marked by advances and challenges, especially in relation to the neediest sections of society. Progress was driven by several factors, such as industrial advancement, government influences, publication of laws, labor market demands and the inclusion of historically marginalized groups, highlighting the creation of technical education institutions, expansion of courses and training professional, as well as significant investments in infrastructure. On the other hand, obstacles related to inequality of access and the need to expand the articulation between educational policies and market demands persist, ensuring training that is in tune with the needs of society. The data can provide support for improving educational policies, aiming for Professional Education that is more appropriate to social and economic demands, both at national and regional levels.

keywords: professional education; evolution; Brazil; Piauí; EPT.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar un estudio descriptivo histórico y comparativo sobre la evolución de la Educación Profesional y Tecnológica en Brasil y en el Estado de Piauí, teniendo como problema de investigación orientador la siguiente pregunta: cómo la Educación Profesional ha evolucionado a lo largo del tiempo en Brasil y en el Estado de Piauí, considerando aspectos históricos, políticos y socioeconómicos, y ¿cuáles fueron los principales factores que influyeron en esa evolución? Para ello, se realizó una revisión bibliográfica, a partir de la consulta de diferentes fuentes, como Google Scholar, SCIELO, Revistas CAPES, libros, tesis, disertaciones y anales publicados en eventos, documentos importantes para el desarrollo y sustento teórico, basado en las bases conceptuales de la EPT, objeto de investigación. Los resultados revelan una trayectoria marcada por avances y desafíos, especialmente en relación con los sectores más necesitados de la sociedad. El progreso fue impulsado por varios factores, como el avance industrial, las influencias gubernamentales, la publicación de leyes, las demandas del mercado laboral y la inclusión de grupos históricamente marginados, destacándose la creación de instituciones de educación técnica, la ampliación de carreras y capacitación profesional, así como importantes inversiones en infraestructura. Por otro lado, persisten obstáculos relacionados con la desigualdad de acceso y la necesidad de ampliar la articulación entre las políticas educativas y las demandas del mercado, asegurando una formación acorde con las necesidades de la sociedad. Los datos pueden brindar apoyo para mejorar las políticas educativas, apuntando a una Educación Profesional que sea más apropiada a las demandas sociales y económicas, tanto a nivel nacional como regional.

Palabras Clave: educación profesional; evolución; Brasil; Piauí; EPT.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem desempenhado um papel significativo no desenvolvimento das nações, fornecendo habilidades e conhecimentos necessários para a formação de profissionais qualificados e impulsionando o crescimento econômico.

É inquestionável a relevância que a Educação Profissional tem não só para a economia do país como também no contexto social, pois o

preenchimento dessas vacâncias que o mercado de trabalho necessita passa a ser essencial para o desenvolvimento do país (Dias, 2019, p.8).

No Brasil, a EPT tem passado por transformações ao longo dos anos, acompanhando as demandas do mercado de trabalho e as mudanças sociais (Garcia, 2018). No Estado do Piauí, as mudanças na Educação Profissional (EP) têm acontecido em sua legislação, estrutura e tomada de decisões administrativo-pedagógicas, com o objetivo de atender às demandas regionais, levando em consideração o setor produtivo e as oportunidades de emprego para seus graduados (Sousa *et al.*, 2021).

A Educação Profissional tem sido reconhecida como um importante instrumento para a formação de trabalhadores qualificados e para a promoção da inclusão social (Epaminondas; Mesquita, 2023; Manfredi, 2002). No Brasil, sua trajetória está intrinsecamente ligada às mudanças políticas e sociais ocorridas ao longo dos anos. Desde os primeiros passos da industrialização até os desafios atuais de um mercado de trabalho em constante transformação, a EP tem se adaptado para atender às demandas do setor produtivo e preparar os indivíduos para os desafios do mundo do trabalho (Vieira; De Sousa, 2016).

No Estado do Piauí, a EP também acompanhou esse percurso de evolução e adaptação. O Estado apresenta particularidades socioeconômicas e culturais que influenciaram o desenvolvimento da Educação Profissional em sua história. Compreender como essa modalidade educacional se estabeleceu no contexto piauiense e como se relaciona com as transformações nacionais é fundamental para identificar os caminhos trilhados, as conquistas alcançadas e os desafios enfrentados.

Diante desse panorama, este estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: Como a Educação Profissional evoluiu ao longo do tempo no Brasil e no Estado do Piauí, considerando aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, e quais foram os principais fatores que influenciaram essa evolução? Assim, o presente artigo propõe um estudo comparativo histórico da evolução da Educação Profissional no Brasil e no Estado do Piauí, com o objetivo de analisar, sob a perspectiva da discussão do caráter dual da EPT como essa modalidade educacional se desenvolveu ao longo do tempo, levando em consideração aspectos históricos, políticos e socioeconômicos.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O itinerário da Educação Profissional no Brasil é marcado por regulamentações, como se percebe a seguir, observando o contexto socioeconômico,



político, cultural, histórico, de cada época. Considerou-se o ano de 1909 como ponto de partida, quando essa modalidade de ensino foi oficializada no país.

A política pública número um de EPT criada no Brasil, data de 23 de setembro do ano de 1909, quando Nilo Peçanha, o então presidente da época — via Decreto nº 7.566 – instala 19 Escolas de Aprendizes Artesãos (EAA) para os menos favorecidos em várias unidades da federação (Brasil, 1909). Já no início do documento, nota-se a justificativa e com que finalidade foram concebidas:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Decreto nº 7.566, 1909, p. 1).

O acontecimento provocou um processo de cisão escolar, criando uma escola que tinha como objetivo proporcionar aos filhos de operários pobres a educação primária e profissionalizante para a atividade profissional quando os centros urbanos passaram a ter maior densidade populacional. O objetivo era a redução do número de analfabetos da população e instruir os trabalhadores para as transformações que estavam ocorrendo no processo produtivo do país. Ao tempo em que a tradicional rede de escolas de formação humanística clássica era para a elite, a rede de escolas de Educação Profissional foi concebida para preparar órfãos e filhos de trabalhadores para o trabalho, conferindo a EP a um sentido de assistencialismo que não foi superado até hoje. Assim, foi estabelecida, no sistema brasileiro de educação, a dualidade escolar (Feres, 2018).

Na opinião de Moura (2007), a constituição de escolas de aprendizagem artesanal e de ensino agrícola representa um grande passo no reposicionamento da EP no Brasil, pois amplia o escopo de atuação a fim de atender às demandas provenientes das empresas dos setores agrícola e industrial.

Nos anos 30 e também nos anos 40 aconteceram, na sociedade brasileira, grandes transformações político-econômicas que tiveram um impacto profundo na educação. Criou-se o primeiro ministério na área da educação em 1930 - o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em seguida, em 1931, o Conselho Nacional de Educação foi estabelecido e as reformas educacionais foram realizadas. Nesse período, vieram à tona o Decreto Federal nº 20.158/31, que organiza o ensino empresarial e padroniza a

profissão contábil, e os Decretos Federal nº 19.890/31 e 21.241/32, que regulamentam a organização do Ensino Médio (Moura, 2007).

No ano de 1932, com a Reforma Francisco Campos, inicia-se a organização para a segunda etapa do Ensino Médio, que se destina a preparar para o Ensino Superior. Ademais, o curso é ampliado, sendo o curso geral e o curso de tecnologia de negócios. O último requerendo 10 anos de estudo, opcionalmente complementados por outros 4 anos de finanças e administração. Somente os cursos apregoados menos inteligentes, como os da área de agricultura, foram mantidos por seis anos. Todavia, apenas o segundo ciclo do programa do ensino secundário é que permitia o ingresso no Ensino Superior (Feres, 2018).

A Educação Profissional, em 1937, foi tratada na Constituição Federal, ressaltando que era de responsabilidade do Estado e estipulando que os sindicatos da indústria e da economia deveriam criar escolas para aprendizes em suas áreas de atuação. Dentre esses desdobramentos, destaca-se, em 1942, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, no dia 22 de janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 4.048, que definiu dois ciclos para esse ensino, e o estabelecimento da rede inicial de organização do ensino básico federal de instituições industriais de ensino conforme o Decreto nº 4.127, do dia 25 de fevereiro de 1942 (Brasil, 2022).

Sobre a EP na Carta Magna de 37, na análise de Moura (2007), destaca-se o artigo 129, onde se afirma que as escolas eram pobres e para pobres, e tinham como finalidade a preparação dos filhos dos trabalhadores ou seus colegas para o artesanato, e seu currículo deveria estar vinculado aos sindicatos cooperativos e indústrias.

No ano de 1942, com a Reforma Capanema, os cursos médios de segundo ciclo – que tinham três anos de duração (eram denominados de colegiais e tinham como finalidade preparar para o ingresso na Educação Superior) – foram substituídos pelos cursos complementares. No que diz respeito aos outros cursos secundários vocacionais que não davam possibilidade de acesso à educação superior, como tecnologia agrícola, comércio, indústria e normal, a reforma concebeu a abertura de exames de admissão que proporcionaram a possibilidade de os graduados chegassem à Educação Superior (Feres, 2018).

Em seguida, foi criada em 28 de dezembro (Decreto nº 6.141) a Lei Orgânica do Ensino Comercial e em 10 de janeiro (Decreto-lei nº 8.621). Criou-se, também, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (Brasil, 2022).

De acordo com Kuenzer (1997), observando a legislação do tempo, a dualidade é reiterada, uma vez que o ingresso no Ensino Superior continuou acontecendo por meio de processo seletivo em função da competência de conhecimentos gerais – contemplando as ciências, a literatura, as humanidades – considerados pela classe dominante como os únicos saberes legítimos para a formação.

Assim, o ensino profissionalizante formaria de modo adequado os filhos dos trabalhadores para os ofícios e as artes, e o ensino normal e secundário formariam a elite dirigente do país. Ratificando-se, dessa forma, a dualidade educacional e sua função reprodutiva da estrutura social (Moura, 2007).

Por pressão da massa organizada, ao longo da década de 1950, foram aprovadas leis de equivalência entre Ensino Médio ou secundário e cursos técnicos – implementadas parcialmente em 1950, 1953, 1959, e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Nº 4024/1961 (Ciavatta, 2009).

Com a LDB, a primeira – em 1961, permitiu-se que os concludentes de cursos profissionalizantes, cuja organização se deu de acordo com as Leis Orgânicas do Ensino Profissionalizante, continuassem os estudos no Ensino Superior (Brasil, 2022).

[...] pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos (Kuenzer, 2007a, p. 29).

A referida lei admite que a Educação Profissional está plenamente integrada no sistema formal de ensino, e estabelece a equivalência global entre os cursos propedêuticos e os cursos profissionalizantes para fins de formação continuada (Kuenzer, 2007).

No ano de 1971, com a publicação da lei nº 5.692, foi definido que o ensino de segundo grau, denominado hoje de Ensino Médio, conduziria o estudante ao término de uma habilitação profissional tecnológica ou, pelo menos, de coadjuvante técnico – habilitação parcial (Brasil, 2022).

Essa lei transformou o ensino de segundo grau em técnico profissionalizante, obrigatório em todo o país. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 33):

O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se sob o argumento da “escassez de técnicos no mercado e pela necessidade de evitar a “frustração de jovens” que não ingressavam nas universidades nem no mercado por não apresentarem

uma habilitação profissional. Isto seria solucionado pela “terminalidade” do ensino técnico.

Moura (2007) descreve mudanças que ocorreram com essa nova lei. Os cursos denominados de primário, ginásial e colegial foram transformados em 1º e 2º graus. O primeiro grau compilou o primário e o ginásial e o curso de segundo grau passou a compreender o colegial. O público alvo do primeiro grau, com 8 anos de duração, teria de 7 a 14 anos de idade, e dividido em dois períodos de quatro anos: de 1ª a 4ª série, o primeiro grau menor; e de 5ª a 8ª série, o primeiro grau maior. Já para o segundo grau, com três anos de duração, o público alvo teria de 15 a 17 anos de idade. Dessa forma, elevou-se o tempo de escolaridade dos estudantes.

Para Nosella (2011), entre as mudanças trazidas pela Lei nº 5.692/1971 estão o elemento humano de grande parte das qualificações profissionais, a pobreza das escolas humanistas e o esvaziamento da educação tecnológica. A sociedade civil percebeu e o governo corrigiu o equívoco. Por meio da Lei nº 7.044/1982, no começo da década de 1980, o ensino profissionalizante passou a ser opcional em todas as escolas e não mais obrigatório.

De 1980 a 1990, a polêmica principal permaneceu conflitante entre aqueles que defendiam a educação de qualidade para todos, pública, laica e gratuita, independentemente de condição socioeconômica, raça, origem étnica, etc. Nessa luta, sobressaiu-se a lógica de mercado para que o setor privado tivesse liberdade para atuação na totalidade dos níveis de ensino, conforme assegurado pela Constituição Federal em 1988 e ratificado pela LDB no ano de 1996 (Moura, 2007).

Em 1994, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica foi criado, unindo as redes ou escolas congêneres dos Estados, Municípios, Distrito Federal e a Rede Federal. Ao longo do tempo, ocorreu uma transformação gradual das escolas agrícolas federais e técnicas federais na Rede Federal, que passaram a ser denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETS (Brasil, 2022). Essa mudança foi conduzida por leis e normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), levando em conta a infraestrutura, recursos humanos, financeiros e de gestão necessários para suas atividades educacionais (Brasil, 2009).

Dois anos depois, a nova LDB foi publicada em 20 de dezembro de 1996, estabelecendo o Capítulo III do seu Título VI à Educação Profissional. Depois, pela Lei nº 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para abordar particularmente a

Educação Profissional técnica de nível médio, esse capítulo foi intitulado “Da Educação Profissional e Tecnológica” (Brasil, 2022).

Tal lei constitui o arcabouço da Educação Profissional. As diretrizes anteriores e a lei básica, ou a legislação organizacional de níveis e formas de ensino, incessantemente trataram apenas de parte da EP. Legislaram para vincular a formação profissional a alguns níveis de ensino, a educação formal – por exemplo, tanto no tempo dos ginásios industriais e dos comerciais, como posteriormente com o Ensino Médio Profissionalizante por meio da Lei nº 5.692/71 (Berger, 1999).

Todavia, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam o conflito dual quando da reelaboração da Nova Lei, haja vista a combinação da Educação Profissional à educação geral, em sentido amplo, defendida em seus aspectos múltiplos, científicos, humanísticos e tecnológicos que constavam na primeira LDB, na qual o tratamento dado ao Ensino Médio era o seguinte:

A educação escolar de 2º grau será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (Brasil, 1991, p. 3 apud Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 3).

De acordo com o Decreto nº 2.208/97, no que se refere ao ensino profissionalizante, ao ser desvinculado do Ensino Médio, o Guia Curricular Nacional, como ambiente reafirmado, promove um currículo por competências, descrevendo como o comportamento esperado em contexto de trabalho (Ciavatta; Ramos, 2011).

De 2004 a 2008, foram definidas diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de Educação Profissional e de Ensino Médio por meio da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004 (Brasil, 2022).

As reformas no ensino secundário e profissional nos últimos anos tiveram, sem dúvida, um impacto na identidade das escolas. Em razão de se tratar de um processo que tem de ser “engolido” pelas escolas, sem alternativa, suas identidades são ofendidas por um projeto não constituído por elas, mas por agentes externos. O contraste vivido esteve na imposição de assumirem o projeto como seu. Nesse sentido, novas identidades também estão sendo tecidas. Neste sentido de discussão, até que ponto as escolas estão cientes disso, que tipo de memórias elas guardam e que tipo de história elas construíram sobre si mesmas (Ciavatta, 2005)?

Por meio do Decreto nº 6.302, publicado em 12 de dezembro de 2007, foi criado o Programa Brasil Profissionalizado que, entre outros objetivos, visa incentivar as matrículas na combinação do Ensino Médio integrado com o ensino profissionalizante, oferecidas pela Rede Pública Estadual de Ensino, dos municípios, do Distrito Federal, inclusive na modalidade remota (Brasil, 2007).

Para Farias (2019), esse decreto inaugurou uma nova era para a Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, pois introduziu o "Programa Brasileiro de Educação Profissional" com recursos federais, possibilitando a modernização e ampliação da rede pública de Ensino Médio aliada à EP e a criação de escolas estaduais tecnológicas, estendendo esses incentivos a ações direcionadas à administração, formação de professores, apoio ao esclarecimento científico, estágios, infraestrutura para aquisição de laboratórios, acervos bibliográficos, equipamentos.

No ano seguinte, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi determinada a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o incremento da oferta dos cursos de EP nas instituições públicas de ensino (Brasil, 2008). Com isso, a Rede Federal de Educação Profissional foi expandida no país, considerando a construção de novas unidades e o aumento de vagas ofertadas pela EPT em suas diversas modalidades. Cavalcante e Oliveira (2014, p. 2) destacam que:

Da criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices (1909) pelo presidente Nilo Peçanha à transformação em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (2008) pelo presidente Lula, a Educação Profissional passou por vários momentos, movimentos, mudanças e contradições. Em todos eles podemos observar a presença dos interesses políticos da burguesia, bem como a tentativa de submergir os interesses e anseios da classe trabalhadora. No entanto, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciada em 2003, observamos o início de um ciclo de ações concretas para a melhoria e democratização da qualidade da educação pública no Brasil.

Pacheco (2011) ressalta que os Institutos Federais foram criados para romper barreiras entre o ensino tecnológico e o ensino de ciências por meio do encadeamento entre trabalho, ciência e cultura, com o objetivo de emancipar os sujeitos. Para Dominguez (2021), a ampliação desse modelo institucional foi muito relevante, pois contemplou todo o território nacional, firmando-se como uma rede Educacional Profissional, científica e inclusiva que visa reduzir as desigualdades sociais, principalmente, por meio da educação gratuita, tecnológica e superior.

Na data de 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.513, é instituído no Brasil o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, visando ampliar a oferta, internalização e democratização de cursos de ensino profissionalizante de nível médio, tanto presencial quanto à distância (Brasil, 2011).

Mesmo sendo o seu foco a educação profissionalizante, o PRONATEC abarca ainda como parte da sua finalidade o Ensino Médio, principalmente pelo atendimento a alunos do Ensino Médio que estejam na idade adequada e pela formação de jovens e adultos a partir da oferta de cursos técnicos e de cursos profissionalizantes (Feres, 2018).

Em 25 de junho de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, aprovando o novo Plano Nacional de Educação, prevendo “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Médio e Fundamental, na forma integrada à Educação Profissional”. Prevendo também “triplicar as matrículas da EP técnica de nível médio, de modo que seja assegurada a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (Brasil, 2022, p. 9-10).

Já no ano de 2017, é criada a Lei nº 13.415, introduzindo mudanças na LDB (Lei nº 9394/1996), a fim de incluir o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no Ensino Médio (Brasil, 2022, p. 12).

Garcia (2018), em termos de ensino profissionalizante, destaca que essa lei coloca mais uma opção para os alunos, alterando principalmente a carga horária, pois antes disso, os estudantes precisavam cursar 2.400 horas do ensino médio geral e outras 1.200 horas de carga horária específica de disciplinas de cursos técnicos.

Em 2019, cria-se o Programa Novos Caminhos (PNC), que tem como finalidade ofertar cursos de Educação Profissional e Tecnológica para os ingressantes do “Novo” Ensino Médio. A meta é elevar em 80% a matrícula de alunos, a partir de ações da esfera federal, representada pelo MEC (Brasil, 2021).

O Programa substituiu o PRONATEC. O Novos Caminhos diz respeito a um conjunto de ações da Administração Federal, por meio do MEC, visando ao fortalecimento da educação profissionalizante e tecnológica no país. Apoiam as redes de ensino e as instituições para ofertar cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos, atendendo às necessidades do setor produtivo e às chamadas futuras ocupações (Campos, 2021).

Em 2021, com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro, são estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) gerais visando à organização, ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação do Ensino Profissional e Tecnológico, presencial e a distância, observadas pelas redes e instituições de ensino públicas e privadas e pelos sistemas de ensino (Brasil, 2021).

O documento “generaliza os princípios de fragmentação, anticientificismo e desvalorização do trabalho docente para toda a EPT, inclusive a de nível superior” (Pelissari, 2021, p. 13).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ

A EPT no Piauí começou em 1909, com a Escola de Aprendizizes Artífices (EAA), uma das primeiras instalações, desenvolvendo atividades em um antigo casarão localizado atualmente na Praça Pedro II, denominada naquele tempo de Aquidabã. No início, os cursos que se ofertavam eram desenho e alfabetização. No que se refere a cursos profissionais, foram carpintaria, artes mecânicas e sapataria (Santana, 2015).

Provavelmente, por que funcionava em um edifício antigo e humilde, em seu primeiro ano de atividades, a escola apresentou bastantes dificuldades, com acomodações precárias para discentes e docentes, comprometendo o ensino ali oferecido (Rodrigues, 2002). Era uma instituição de ensino primário que começou por meio da alfabetização dos estudantes. Havia o ensino de uma profissão escolhida pelo aluno, que acompanhava a formação geral dentro do que era ofertado pela Escola (Santana, 2012). De acordo com Rodrigues (2002), o primeiro a dirigir a EAA do Piauí foi o Cel. Josino José Ferreira, “[...] era um homem com grande e variada experiência administrativa [...]” (Rego; Rodrigues, 2009, p. 11).

Os 6 (seis) primeiros diretores da EAA do Piauí vieram de fora do estado, indicados pelo governo do Rio, incluindo Josino, que com exceção deste, ocuparam o cargo por pouco tempo, já que não se adequaram à realidade do Estado (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Logo no início de seu funcionamento, de acordo com Rêgo e Rodrigues (2009), foi criado um Programa de Alimentação que atendesse a clientela da escola. Oferecia-se apenas um lanche no turno da tarde para os alunos, visto que a instituição não dispunha ainda de um refeitório para atendê-los. Na década de 30, depois de construído e equipado o refeitório, aos alunos eram oferecidas três refeições diariamente: café da manhã, almoço e lanche. Nos anos 60, o programa de alimentação foi desativado.



Destaca-se o ano de 1998, quando o Professor Vilson Ribamar Rêgo, Gerente de Apoio ao Aluno, implantou o Programa de Atendimento Alimentar, oportunizando aos alunos duas refeições diárias – almoço e jantar – já que a maioria da clientela atendida era de baixa renda ou que exercia função remunerada no comércio local, ficando sem tempo ou poder aquisitivo para o deslocamento a suas casas a fim de se alimentar.

Nesse percurso, ocorreram mudanças significativas na Educação Profissional Piauiense, haja vista as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira com a industrialização. A Escola passou a ser denominada de Liceu Industrial do Piauí, no governo de Flávio Castelo Branco. Em 13 de janeiro de 1937, com a publicação da Lei nº 378, estabelecida no governo de Getúlio Vargas, que ocupava o executivo federal na época, promoveu-se essa alteração nas 19 Escolas da Rede de EP do país. Nesse tempo, o governo estava interessado em investimentos na educação tecnológica (Sousa, 2021).

A mudança de nome não aconteceu por acaso, a escola de artífices era primária e passou a ser secundária, executando suas atividades em regime de semi-internato, com cursos de seis anos de duração, com aulas pela manhã das disciplinas propedêuticas e no turno da tarde com aulas de profissionalização (Rodrigues, 2002).

Na gestão de Castelo Branco, a Escola de Artífices ganha uma sede própria, comemorada com grande festa. Destaca-se também o fato de em seu governo acontecer depois de 25 anos a primeira colação de grau da escola. Até então, os estudantes não conseguiam concluir o curso em razão das dificuldades financeiras, tendo de abandonar os estudos para trabalhar, o que acontecia muito cedo. Para o fato, fez-se um pacto entre escola e estudantes, o que possibilitou cinco alunos concluírem o curso: Benedito de Castro Lima, Ernesto de Sousa, José Nonato, José de Ribamar Avelino e Raimundo Nonato. Por meio da Lei 378, de 13/01/1937, a EAA do Piauí passa a designação de Liceu Industrial do Piauí (Rego, Rodrigues, 2009).

Em 1940, foi instalada na instituição a Biblioteca “Francisco Montojos” na administração de Argemiro Freire Gameiro, que funcionava de forma precária visto que não havia sala adequada para os serviços de pesquisa, leitura e estudo. Assim, era pouco frequentada. Nos anos 2000, na gestão de Francisco das Chagas Santana, Reitor do Instituto Federal, a Biblioteca foi construída nos padrões da modernidade, com cabines de estudo em grupo, mesas de estudo em grupo e individuais, sistema de armazenamento, arquivamento, além de internet com 12 canais (Rego, Rodrigues, 2009).

De 1942 ao ano de 1962, nos estados com menos industrialização, ficavam normalmente as escolas industriais e que formavam os trabalhadores mantendo a educação propedêutica do ginásial antigo, de 1942 a 1965. O curso legitimamente era denominado de Ginásio Industrial. Nesse tempo, o poder de decisão no interior da escola pertencia ao Presidente do Conselho Deliberativo e não ao gerente geral da organização. Esse modelo de gestão permaneceu até 1970 (Santana, 2012).

No ano de 1965, a partir da Lei nº4.759, criou-se a Escola Industrial no Piauí, organizada em dois ciclos formativos: o primeiro – que correspondia ao ensino ginásial e o segundo de nível médio técnico. O ciclo 1 abrangia o curso Básico Industrial nas atividades específicas a seguir: marcenaria, serralheria, tipografia, artes de couro, encadernação, alfaiataria e a parte da educação geral. O ciclo 2 abrangia as modalidades pedagógica e técnica, abarcando os cursos de Agrimensura e de Edificações. Tanto os cursos de formação geral como os de formação específica exigiram condições melhores de funcionamento. Dr. Murilo de Rubim Couto esteve na gestão da Escola Industrial, que mais tarde recebeu o nome de Escola Federal do Piauí até 1967 (Rodrigues, 2002; apud Santana, 2015). Em 1967, pela Portaria 06/07, a Escola para a ser chamada de Escola Técnica Federal do Piauí.

Nos anos 70, após os adventos da Lei Orgânica do Ensino Industrial, pressionado pelos anseios da comunidade escolar, o professor Murilo Couto consegue autorização junto ao MEC para a oferta de cursos técnicos em nível médio de 2º Grau na Escola Industrial Federal do Piauí, em Teresina. As vagas foram preenchidas rapidamente, ficando 40 alunos por turma em cada curso. Havia muitos obstáculos: materiais, humanos e, sobretudo, professores que estivessem preparados para ministrar as disciplinas específicas (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Nesse tempo, os professores de Educação Geral do Ginásio e outros que de fora eram recrutados formavam o quadro docente. A instituição escolar contava para a parte específica do currículo com alguns profissionais de engenharia, atuando na cidade de Teresina e técnicos de competência atestada. Nessa parte, havia uma carência sobressalente, uma vez que uns conseguiram êxito e outros não. Havia considerável rotatividade de professores, além da falta deles (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Quanto ao corpo discente, era composto de alunos que tinham concluído um curso técnico em ano anterior e de ex-alunos que visavam a continuidade de seus estudos, e ainda daqueles provenientes de escola propedêutica (Rêgo; Rodrigues, 2009).

De 1970 a 1975, ocupava o cargo de diretor da Escola, o Professor José Luiz Castro Aguiar que, nesse período, promoveu a abertura de três cursos tecnológicos da área terciária (comércio e serviços), Administração, Contabilidade e Secretariado. Conseguiu a transformação e criação de novos cursos técnicos em áreas industriais como Eletrônica, Telecomunicações e Eletrotécnica. Oportunizou a matrícula de mulheres na escola, porque em 61 anos, só eram admitidos homens. E ainda pela Lei 5.692/71, acordou com o MEC e escolas privadas para cursos relacionados, o que tornou a escola um amplo centro de especialização. Fez também convênio com o Programa Intensivo de formação de trabalhadores, ao tempo que, gradativamente, foi extinguindo o Ginásio Industrial (Rêgo; Rodrigues, 2009).

De acordo com Sousa (2021), essas mudanças foram benéficas para os cidadãos piauienses e circunvizinhos, uma vez que, sem a necessidade de deslocamento para regiões mais longínquas, havia para esse público a possibilidade de formação para o exercício profissional, assim como o acesso gratuito – dando possibilidade aos menos favorecidos de terem uma formação profissionalizante de qualidade. O ingresso de mulheres foi uma novidade nos cursos ofertados nesse período.

Em 1970, Dona Maria Dirce de Oliveira havia perdido recentemente o seu esposo, vitimado por um choque elétrico na oficina de enrolamento de motores elétricos de sua propriedade. [...] Dona Dirce, como era conhecida pensou em se qualificar para poder tocar para frente os trabalhos da Oficina e dela retirar o sustento da família. Bateu às portas da Direção da Escola Técnica e pediu para ser matriculada no curso de Eletrotécnica. Passou nos exames exigidos e passou a ser a aluna nº 1 desta casa de ensino (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 81).

Nos anos 80, a implantação de laboratórios de cursos de informática tanto para alunos, quanto para professores, administradores técnicos e comunidade externa, possibilitou aumentar a confiança da sociedade e a proximidade com a instituição. Isso foi devido à transformação que ocorria nas instituições da época, com o processo de modernização e a introdução da informatização no ensino e na gestão (Sousa, 2021).

Em 1994, a professora Rita Martins de Cássia assume a Direção Geral da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPPI), sendo a primeira mulher a ocupar a função. De suas realizações enquanto esteve no cargo, destacam-se: a implantação do serviço de Supervisão Pedagógica na escola e do 1º Curso Superior da Escola – Tecnologia em Informática; a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Floriano e a condução do projeto de cefetização da Escola (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Acontece ainda no mesmo ano pela Lei Nº 8.948/94 a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Com a construção no município de Floriano da Unidade de Ensino Descentralizada em 1986, concluída em 1994, iniciou-se o processo de interiorização da instituição. Em 1999, a ETFPI recebeu o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI). Posteriormente, foi intensificado o processo de internalização e 3 novas unidades entraram em operação em 2007: Parnaíba, Picos e Marcílio Rangel - conhecida hoje como Teresina Zona Sul (Sousa, 2021).

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Pacheco, 2011, p. 6).

Nos anos dois mil, a EPT no Piauí avançou bastante. Em 2004, pela primeira vez, escolhido pela comunidade escolar, um ex-aluno chega à Direção-Geral do Instituto Federal do Piauí: Francisco das Chagas Santana. Sua gestão foi marcada pela expansão da Unidade Federal, na capital e na Unidade de Floriano, e também em outros municípios do Estado. Criou um projeto de capacitação para professores, incluindo mestrado e doutorado, por entender que a melhoria da qualidade do ensino acontece com a formação docente. “Dos 100 anos do IFPI, completados em 2009, a presença do professor Francisco das Chagas Santana na Instituição já emplaca 46 anos” (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 110).

O CEFET passou por uma nova reorganização estrutural, tornando-se o Instituto Federal, quando em 2008 foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei nº 11.892. Seis campi foram inaugurados em 2010, em meio a essa mudança, a saber: Corrente, Angical, Paulistana, Piripiri, Uruçuí e São Raimundo Nonato. Em 2012, inauguraram-se os campi de Oeiras, São João e Pedro II; em 2014, os campi implantados foram os de Valença, Campo Maior e Cocal; também foram editados os decretos de criação dos campi avançados de Pio IX e Dirceu Arcoverde. No ano de 2015, foi inaugurada uma sede nova para a Reitoria; e a Portaria em 2016 editada foi a do campus José de Freitas (Sousa, 2021).

A expansão e interiorização do CEFET-PI atingiu vários objetivos, a saber: criou mais oportunidades, incluindo o meio rural, de acesso a cursos de ensino médio combinados com cursos técnicos, ensino tecnológico concomitante, cursos de

graduação, cursos técnicos e outros ensinos; o emprego e a renda foram concebidos à medida que os egressos saíam desses programas para ir para outras empresas ou para adentrar ao mundo do trabalho de outras formas; proporcionaram o desenvolvimento sustentável para a cidade em que a unidade está instalada; posteriormente, a nomenclatura foi alterada para o plural de Campus ou Campi; compensaram-se a falta das unidades de ensino tecnológico e técnico na região do Piauí e pequenas áreas, possibilitando o desenvolvimento e progresso da cidade (Santana, 2015).

No ano de 2009, mais precisamente no dia 29 de dezembro, por meio da lei nº 11.892, o CEFET foi remodelado para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, que além de outras, tem como características e finalidades:

Ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 2008).

Pacheco (2011) salienta como um dos fundamentos dos Institutos Federais a organização pedagógica alinhada, da educação básica à Educação Superior. Para o autor, essa estrutura vai permitir – por meio do diálogo entre os principais atores educativos – a atuação dos professores em diversas modalidades de ensino e o compartilhamento de ambientes de aprendizagem pelos alunos, envolvendo laboratórios, de modo que seja possível traçar um percurso vertical de formação dos cursos técnicos ao doutorado.

A ampliação da oferta é entendida como um compromisso social e político destinado a atender às necessidades locais e regionais da instituição. Contemporaneamente, são oferecidos em vinte e um (21) campi piauienses cursos presenciais à comunidade, onde os alunos têm aulas em unidades de ensino; encontros presenciais, apoiados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), e também cursos na modalidade Educação à Distância (EAD), possibilitando uma aprendizagem flexível; e um modelo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que conecta o Ensino Médio ao técnico profissionalizante, acolhendo jovens e adultos (Sousa, 2021).

O CARÁTER DUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Durante a maior parte desse percurso histórico, percebe-se que há um forte dualismo: uma educação voltada para a elite e uma educação para os menos favorecidos. Desde quando surgiram as classes sociais, surgiu também a educação para os ricos e um modelo de educação para os pobres. Assim, para a classe trabalhadora seria ofertado o ensino profissionalizante – que não lhe permite cursar o Ensino Superior, e para as elites, a oportunidade de uma educação propedêutica, de cursar o Ensino Superior. Isso se estendeu até metade dos anos 90, quando, por meio LDB 9394/96, a Educação Profissional passa a dar a opção de o indivíduo cursar o Ensino Superior ou Médio, este não sendo mais uma obrigação.

Saviani (2007) destaca que em uma sociedade de castas, a relação entre trabalho e educação muitas vezes assume a forma de uma separação entre a escola e a produção. Para o autor, isso reflete a divisão histórica entre trabalho físico e mental. Nessa perspectiva, percebe-se que a separação entre a escola e a produção não é inteiramente condizente com a separação entre trabalho e educação. Por isso, é mais sensato afirmar que, após o surgimento das escolas, a relação entre trabalho e educação também assumiu uma dupla identidade. Por um lado, no caso do trabalho braçal, vincula-se a educação que acompanha o próprio processo de trabalho. Do outro lado, inicia-se a implementação da educação escolar voltada para a educação do trabalho intelectual.

A mudança para a formação de trabalhadores, por meio da Educação Profissional e Tecnológica, pode ter sido fruto da ação ideológica europeia do século XIX, segundo a qual a sociedade consistia em duas classes sociais contraditórias: a da burguesia e a dos operários, que tinham papéis distintos e para os quais as escolas deveriam ser organizadas de forma específica. Dessa forma, os estudos clássicos eram reservados às classes de maior poder aquisitivo; às elites era reservado e valorizado o trabalho intelectual, e às classes menos populares competia o trabalho manual, que era o menos valioso. Consagrava-se assim a velha dualidade da educação: uma escola para quem era pobre e uma escola para quem era rico; os abastados iriam dar ordens/mandar, os mais necessitados iriam obedecer/servir a sociedade (Magalhães, 2011).

Em relação ao Brasil, segundo Nosella (2011), a ênfase na dualidade do Ensino Médio teria emergido quando se iniciou a industrialização no país, momento em que se começou a exigir da juventude determinado nível de conhecimento para, somente assim, poderem trabalhar. Para a autora, a ironia é que, anterior à industrialização brasileira,

o Ensino Médio não era dual, apenas extinguiu da escola os jovens que deveriam trabalhar.

Feres (2018) assinala que, enquanto as escolas humanizadas são apenas para a alta sociedade e o restante do povo não pode frequentá-las, não há dualidade escolar no Brasil. Segundo Ramos (2014, p. 24):

[...] até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da Educação Profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.

No contexto da busca do país pelo desenvolvimento da educação, uma rede de 19 escolas de aprendizagem e artesãos foi criada no começo do século passado pelo Decreto nº 7.566/1909 (Brasil, 1909). Trata-se de um marco da divisão escolar brasileira, pois criou uma rede de ensino particularmente voltada para permitir que filhos de trabalhadores pobres pudessem acessar o ensino primário e à Educação Profissional (Feres, 2018).

A partir da década de 1930, do século XX, com a chegada da industrialização, o Estado organizou o sistema de ensino profissionalizante, estabelecendo de modo legal a dualidade da educação, correspondente à dualidade da sociedade:

Como desdobramento da Constituição de 1937, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, estabeleceu a dualidade do sistema, explicitando que a escolarização, depois do primário obrigatório de quatro anos, teria duas vertentes: o ensino secundário regular – em dois ciclos perfazendo sete anos – destinado as “elites condutoras” e o ensino profissionalizante – também em dois ciclos em sete anos – para as classes populares (Dagmar, 2005, p. 4).

Por contraste, a instauração legal da dualidade do sistema das escolas impulsionou muitos educadores idealistas que sustentavam a bandeira da escola única a defender a igualdade social. A proposta de escola, por exemplo, de Anísio Teixeira propõe uma escola igualitária para todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas diferenças sociais (Nosella, 2011).

A promulgação do Decreto nº 2.208/97 reforça a dualidade estrutural entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico, este último caracterizado pela especialização e centrado apenas na preparação para as atividades laborais de nível médio, não nas múltiplas habilidades dos indivíduos. Sendo anulado posteriormente (De Bessa, 2020). Nosella (2011) o chama de “estranho decreto”, visto que legalmente

distancia o ensino técnico e profissionalizante do nível intermediário de ensino, eliminava quaisquer restrições ou controles burocráticos sobre a Educação Profissional, deixando abandonado o baixo nível de Ensino Médio público regular que foi alcançado.

Durante dois anos, como participantes ativos, no processo de anulação do Decreto nº 2.208/97 e com a promulgação do Decreto n. 5.154/2004, testemunhou-se tanto os emaranhamentos de um governo que, aparentemente, não queria mudanças estruturais, quanto o poder das forças tradicionais. Assim, o conteúdo do decreto novo e, especialmente, a normatização feita às DCNs pelo Conselho Nacional de Educação, pode levar a avanços ou retrocessos insignificantes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

No horizonte, continua a necessidade de construção de um programa de Ensino Médio que seja capaz de superar a dualidade existente entre formação específica e geral e transfira seu foco de atuação do mercado de trabalho para uma formação humana, cultural, laboral e em ciências técnicas, de acordo com a demanda dos trabalhadores (Ciavatta; Ramos, 2011).

Percebe-se que a trajetória da EPT no Brasil é assinalada por progressos e impedimentos no decorrer dos anos. Quanto aos avanços, foram, em geral, provocados por causas externas ao ensino profissional e, portanto, os estímulos no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino profissionalizante eram diminuídos ou cessados. É provável também que sejam identificados alguns desafios estruturais, subjacentes às políticas estatais, que sempre existiram, sendo que alguns deles atestam a imagem da educação profissionalizante assistencial, trazendo impactos até os dias atuais (Feres, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que no percurso histórico da Educação Profissional no Brasil e no Estado do Piauí a elite é sempre privilegiada, sendo contemplada com o ensino das artes, da filosofia, dos intelectuais, podendo ingressar no Ensino Superior. Ao contrário, os menos favorecidos tiveram o ensino técnico como limite vertical, voltado para a mão na massa, o que iria garantir a estes a sobrevivência, não alcançando o Ensino Superior.

Diante desse cenário, acredita-se que a reflexão desenvolvida neste estudo oportunizou uma compreensão de como a Educação Profissional apresentou-se ao longo do tempo nesses contextos. Verificou-se transformações significativas, inicialmente limitadas e direcionadas a ofícios específicos, com pouco acesso às camadas mais desfavorecidas. A evolução foi impulsionada por fatores como a industrialização,



políticas públicas e leis, demandas do mercado de trabalho e a inclusão de grupos historicamente excluídos.

No Estado do Piauí, avanços relevantes ocorreram com a criação de escolas técnicas, oferta de cursos e qualificação profissional, investimentos em infraestrutura. No entanto, desafios persistem, como a desigualdade de acesso e a necessidade de maior articulação entre políticas educacionais e demandas do mercado para uma formação adequada e alinhada à sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso em: 2 dez. 2022.

BERGER FILHO, Leite *et al.* **Educação profissional no Brasil: novos rumos**. Revista Iberoamericana de educación, 1999. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/bitstream/handle/11162/24843/rie20a03.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL, **Decreto Nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Portal do MEC, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.



p.27-41, jan/jun. 2011. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DAGMAR, M.L.Z. **Breves anotacoes sobre a historia do ensino medio no Brasil e a reforma dos anos 1990**. In: *ENSINO MEDIO E ENSINO TECNICO NO BRASIL E EM PORTUGAL: raizeshistoricas e panorama*; Programa de Estudos Pos-Graduados em Educacao: Psicologia da Educacao, ___/___ (Org.). Campinas: Autores Associados, 2005.

DE BESSA, Chera Rosane Leleset *al.* Interdisciplinaridade no ensino médio integrado: considerações para uma formação omnilateral. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. e9496-e9496, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9496/pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DIAS, Joilson Alcindo. A importância da educação profissional para o mercado de trabalho contemporâneo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. e6029-e6029, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6029/pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

DOMINGUEZ, Enriete Cogo. **Um olhar sobre a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica no contexto das políticas públicas educacionais do IFFAR-Campus São Vicente do Sul. 2021**. Disponível em: <https://arandu.iffarroupilha.edu.br/bitstream/itemid/202/1/DISSERTACAO%20FINAL%20Enriete%20Cogo%20Dominguez.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

EPAMINONDAS, Romildo Alves; MESQUITA, Rafael Fernandes. Gestão da pobreza,(re) produção social e a educação tecnológica: análise integrativa e insights sobre desigualdades sociais. **Saber: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 23, n. 1, p. 117-133, 2023.

FARIAS, Leideana Galvão Bacurau de - **Educação profissional técnica de nível médio a distância no Brasil** [Em linha]: meta-análise da regulamentação dos estados do Nordeste. [S.l.]: [s.n.], 2019. 249 p. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9022>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o Ensino Médio**. Brasília: DF, jun. de, 2018. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ept-estudo-marceloferes.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino Médio Integrado Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Adilso de Campos et al. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, v. 12, p. 1-18, 2018. Disponível em:

RODRIGUES, Antônio Gerardo *et al.* **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí: 90 anos de ensino profissionalizante.** Teresina: EDUFPI, 2002.

SANTANA, Francisco das Chagas. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010:** um estudo sobre a localidade dos *Campi* no território piauiense. 2012. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2012. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104429/santana_fc_dr_rcla.pdf;sequence=1. Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTANA, Darlem Juliana Silva. **Memórias docentes: trajetórias profissionais e história da educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (1970-2010)** [manuscrito] / Darlem Juliana Silva Santana. – 2015. Disponível em:
http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3918/Darlem%20Juliana%20Silva%20Santana_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SOUSA, Karina Cardoso de *et al.*. **A educação profissional e tecnológica no piauí: de escola de aprendizes artífices a institutos federais.** VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80308>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. A educação profissional no Brasil. **Revista Interacções**, v. 12, n. 40, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691> Acesso em: 22 out. 2023.

Submetido em: 02/08/2023.

Aceito em: 28/11/2023.